REQUERIMENTO N.º , DE 2023

(Da Sra. Talíria Petrone)

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Legislação Participativa para discutir sobre adaptação climática nos municípios e o protagonismo de lideranças jovens, com base no Projeto de Lei 4129/2021.

Senhor Presidente:

Requeiro nos termos do art. 58, 2°, II, da Constituição Federal, e do art. 24, III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública a fim de discutir a adaptação climática nos municípios de Recife, Manaus e São Paulo, e o protagonismo de lideranças jovens nestas iniciativas, com base no Projeto de Lei 4129/2021.

Para tanto, gostaria de sugerir os seguintes convidados, que poderão apresentar informações relevantes sobre o tema:

- 1) Representante do Greenpeace Brasil
- 2) Representante do Instituto Clima de Eleição
- 3) Liderança jovem representante da Xô Plástico Recife
- 4) Liderança jovem representante do Somos Todos Muribeca Recife
- 5) Liderança jovem representante do Bloco do Beco São Paulo
- 6) Liderança jovem representante do Direito Nosso Região Metropolitana de São Paulo
- 7) Liderança jovem representante do Instituto Rebbú Manaus
- 8) Liderança jovem representante da Politize! Manaus

JUSTIFICAÇÃO

Vivemos as consequências da intensificação das mudanças climáticas, que irão provocar cada vez mais eventos climáticos extremos, como enchentes, secas, deslizamentos, entre outros. Diante deste cenário, é urgente debater medidas de adaptação climática, para que os territórios possam fortalecer sua resiliência climática e consigam responder a estes eventos de forma a proteger a vida das populações. Atualmente, estes desastres evidenciam as desigualdades sociais e territoriais dos impactos das mudanças climáticas, escancarando o racismo ambiental nos territórios.

A proposta de realização da audiência pública para discutir a adaptação climática sob a perspectiva de lideranças jovens das periferias dos municípios de São



Os eventos recentes que aconteceram no Brasil, como chuvas de intensidades recordes e ondas de calor, provocaram mortes, deslocamentos forçados e perdas, evidenciando que o poder público ainda não está preparado para lidar com as consequências e promover medidas de adaptação adequadas. É necessário haver investimentos diretos para destinar melhores condições de infraestrutura urbana, de moradia, de segurança alimentar, de acesso à saúde e a outros direitos básicos, e este processo de construção de políticas públicas e de tomada de decisão precisa ser feito de forma transparente e participativa, envolvendo os grupos mais vulnerabilizados, como é o caso das juventudes que ocupam as periferias urbanas.

O Projeto de Lei 4.129/2021, que trata das diretrizes para a elaboração de planos estaduais e municipais de adaptação, também dialoga diretamente com esta proposta de audiência pública, uma vez que é fundamental que estes territórios tenham acesso aos instrumentos adequados e atualizados para a promoção da adaptação climática, de forma integrada às diretrizes do Plano Nacional de Adaptação, da Política Nacional sobre Mudança do Clima e da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Ciente de que este é um debate importante e urgente, que estas lideranças jovens trazem uma perspectiva única e inovadora para o debate e que ele pode contribuir para a promoção de políticas públicas mais eficazes, inclusivas e concretas para a adaptação climática no Brasil, conto com o apoio dos nobres pares e solicito a aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, de de 2023.

Talíria Petrone – PSOL-RJ Deputada Federal



